

## Notas de Pesquisa

---

### *A Volta dos Excluídos: como Conciliar Estudo e Trabalho \**

Pesquisadora: Zenir Maria Koch

Instituição: Fundação Educacional Regional de Jaraguá do Sul

Fontes Financiadoras: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais(INEP) e FUNCITEC/SC

O exercício do trabalho pelo jovem e a sua presença simultânea na escola é uma questão a ser enfrentada, hoje, na educação básica os jovens e adultos.

Muitos jovens que se encontram na condição de estudantes trabalhadores estão retornando à escola, após terem se afastado por um tempo, em razão da necessidade precoce de ter um trabalho remunerado para a sua sobrevivência e 'e sua família.

Neste sentido, diz Mafra (1989, p.38):

"Desnuda-se, pois, diante de nós, um fato social concreto. Metade do alunado na escola média brasileira é hoje constituída de estudantes trabalhadores que se esforçam e se desgastam física e mentalmente na luta para estudar e trabalhar sob as condições postas pela vida fora da escola e pelo cotidiano escolar. No deslocar-se da rotina diária entre o

*\* Neste número, as Notas de Pesquisa apresentam resultados de trabalhos concluídos ou em andamento, apresentados durante o Encontro Latino-Americano sobre Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores, realizado de 27 de setembro a 1º de outubro de 1993, em Olinda, PE, sob os auspícios do INEP, da SEF/MEC e do Institute for Education/Unesco, de Hamburgo.*

trabalho e a escola, muitos desistem, enquanto outros, rompendo barreiras e dificuldades de ambos os lados, conseguem alcançar o término desse nível de escolarização."

Em Santa Catarina, é grande a procura pela escola supletiva, tendo em vista a demanda de jovens que se encontram afastados dos bancos escolares sem ter concluído o 1º grau. A pesquisa que desenvolvemos sobre as experiências de educação de jovens e adultos revelou que um elevado número de alunos se afasta do estudo regular e depois retorna, num tempo não muito longo, ao supletivo. Alguns alunos atingidos pelas reprovações constantes no ensino regular, transferem-se de imediato para se credenciar o mais rápido possível.

As razões que os levaram a se afastar são as mais variadas, porém a que aparece em primeiro lugar é a "falta de recursos financeiros" e, conseqüentemente, a "necessidade de trabalhar".

Sobre o retorno à escola, os alunos visualizam a importância do estudo como forma de subir, de vencer na vida, relacionando-o com a perspectiva de dar continuidade aos estudos e obter

um trabalho mais rentável economicamente. As suas representações, em torno de "instruir-se e atualizar-se"; "melhorar no emprego"; "ter uma profissão"; "ter mais facilidade de encontrar emprego"; "terminar os estudos"; "realizar-se pessoal e profissionalmente"; "fazer um curso profissionalizante" e "fazer a faculdade", traduzem-se em esperanças logo desfeitas. Em função dos obstáculos a serem enfrentados — aulas noturnas, cansaço físico após um dia de trabalho, falta de conteúdo e de bons professores, ambiente precário etc — são poucos os que realmente conseguem se credenciar via escola supletiva.

Os dados de evasão indicam que na rede particular ela é significativamente maior no 2º semestre: 18,56% contra 6,28% no primeiro. Na rede pública, a evasão nos semestres quase se equivalem: 12,50% no primeiro e 11,30% no segundo.

O rendimento escolar também se expressa em baixos índices de promoção. Na rede pública a promoção no primeiro semestre não chegou a 13%. No 2º semestre as taxas variavam entre 21% e 84%.

Já na rede particular, o número de alunos promovidos é mais elevado, tanto no primeiro, como no segundo semestre. O menor índice apresentado gira em torno de 31% e o maior em torno de 97%. A reprovação é alta pelo fato de o aluno precisar trabalhar; por isso, a tendência, em algumas escolas, é facilitar a promoção dos alunos considerados mais pobres.

Os alunos são "empurrados", sem as condições mínimas necessárias ao prosseguimento dos estudos. Caso a escola exigisse um pouco mais, garantem os professores, a evasão subiria. Isto equivale a dizer que devem manter um nível de ensino e uma expectativa de aprendizado muito baixa.

Assim, a escola supletiva, na verdade, tem contribuído mais para aumentar as discriminações do que para democratizar as oportunidades.

O que prevalece, tanto nas escolas particulares, quanto nas públicas, é a necessidade de o aluno trabalhar para ter acesso e permanência na escola. Na rede particular, a presença do aluno trabalhador eleva-se muito mais, em função da não-gratuidade do ensino.

O custo da educação particular, representado pela mensalidade escolar, taxa de matrícula e outros gastos suplementares, constitui uma exigência a mais para o aluno ter que conciliar estudo e trabalho.

Com base nos dados coletados, pode-se dizer que a maioria dos alunos do supletivo necessita conciliar estudo e trabalho. Do total de 254 alunos pesquisados, cerca de 70% são alunos trabalhadores.

"Assim, trabalhar enquanto se estuda indica não apenas uma condição de classe social, mas revela, também, uma realidade em que o controle privado da educação básica dificulta muito mais do que facilita tal conciliação." (Mafra, 1989, p.13)

Neste sentido, a expansão de oferta de escolas públicas é uma solução para aqueles que precisam de mais estudo e menos trabalho, mesmo que, com isso, não se garanta ainda a exclusividade do estudo, já que são as condições econômicas de suas famílias que determinaram a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

A pesquisa junto às escolas que desenvolvem experiências de

educação supletiva veio demonstrar que seus alunos, jovens e adultos, na maioria trabalhadores, enfrentam uma jornada diária de trabalho superior até oito horas, apresentam uma realidade e aspirações profissionais e educacionais que não são próprias do estudante regular diurno.

A relação escola/trabalho merece ser analisada não só em termos de compatibilidade de horários de trabalho e de ensino, mas também em termos de metodologias específicas para esse tipo de aluno.

Tal como se encontra, a escola, hoje, tem servido mais para afastar o aluno do que para mantê-lo. E é no ensino supletivo que os alunos evadem-se em maiores proporções, caracterizando, assim, uma dupla exclusão. Eles já se evadiram do ensino regular, buscaram outra oportunidade e também aí não permaneceram.

Esta situação leva-nos a questionar a realidade dessa escola para esse aluno que, mais do que estudar, precisa trabalhar para sobreviver. Dadas as suas condições de vida, o que faz a escola para alterá-las? Adianta, para esses alunos, o sacrifício

de estudar à noite, se eles estão fadados ao fracasso?

Uma das principais causas do fracasso desses alunos está na própria estrutura da escola: ou ela é muito rígida em termos de horário, de programas e de metodologia de ensino, ou então apresenta uma sistemática de atendimento totalmente aberta, que foge ao controle da organização escolar, ou tem um método de ensino restrito ao módulos, como é o caso de algumas escolas em expansão no estado.

Outra constatação que precisa ser levada a sério no ensino de jovens e adultos trabalhadores, junto à questão técnico-pedagógica, é a falta de estrutura física e material das escolas. As deficiências de funcionamento, de condições ambientais, de condições materiais e de pessoal não favorecem o aprendizado dessa clientela que, pelas suas próprias condições sociais, sofrem outras privações fora do ambiente escolar.

Destinada àqueles que ficaram à margem da escola por algum tempo, a escola supletiva deve ser repensada, no sentido de assegurar, no mínimo, uma educação básica de qualidade.

## Referências Bibliográficas

- KOCH, Zenir M. et ai. *Avaliação das esperiências de educação de jovens/adultos de Santa Catarina*. Florianópolis: INEP: UFSC: SEC, 1991.
- MAFRA, Leila A. *Trabalho e formação na representação do aluno da escola de 2º grau no Brasil*. Belo Horizonte, 1989. Relatório de pesquisa.